

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Igor Maciel

O Governador do Estado X, em processo de recuperação econômica, decide construir um presídio para atender às demandas da população, que de longa data reclama quanto às condições precárias do antigo estabelecimento prisional.

Para tanto, em ato assinado pelo próprio Governador, o Estado publica edital de licitação com antecedência de 20 (vinte) dias, na modalidade tomada de preços, do tipo técnica e preço, com o valor do contrato estimado em R\$ 5.650.000,00 (cinco milhões seiscentos e cinquenta mil reais) para realizar a execução da obra.

Após a homologação do procedimento licitatório, houve a adjudicação do seu objeto em favor da empresa “Construtora Bem Firme LTDA”, primeira colocada no certame que demonstrou ter cumprido todos os requisitos legais para assumir a execução da obra.

Contudo, são constatadas pela segunda colocada, a empresa “Extra Forte Construções LTDA”, uma série de irregularidades em vários pontos do procedimento licitatório. Assim, esta licitante decide impetrar mandado de segurança individual para anular o procedimento e exigir a publicação de novo edital com o refazimento de toda a licitação, cumprindo-se todos os requisitos legais.

No acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado X, observando-se a competência originária constante do seu Código de Organização e Divisão Judiciária, diante da autoridade coatora – Governador do Estado – os julgadores decidiram extinguir o processo com resolução do mérito.

Para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado X, meros vícios formais no procedimento licitatório não são suficientes para macular o ato inteiro. Além disso, inexistente qualquer irregularidade na contratação feita pelo Governador, sendo certo que refazer o procedimento licitatório, seria muito oneroso para o Estado X. Negou-se, portanto, a segurança

Ciente a empresa “Extra Forte Construções LTDA” de que este acórdão continha a unanimidade dos votos dos desembargadores que participaram do julgamento, a Impetrante opôs Embargos de Declaração que foram conhecidos mas não providos.

Tendo em vista que a publicação desta decisão ocorrera na última sexta-feira, redija a peça processual adequada com seus fundamentos para a defesa dos interesses de seu cliente “Extra Forte construções LTDA”.

[5,00 pontos]

01	
02	
03	
04	
05	
06	

07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	

67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	

97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	

127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Inconformado com o número de servidores públicos da área da educação que respondem a processo administrativo disciplinar, o Presidente da República resolve colocar tais servidores em disponibilidade e, para tanto, edita decreto extinguindo os respectivos cargos.

Considerando a hipótese apresentada, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso, responda aos itens a seguir.

A) A extinção de cargos públicos, por meio de decreto está juridicamente correta? Justifique. [0,60]

B) É juridicamente correta a decisão do Presidente da República de colocar os servidores em disponibilidade? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Diante da grave crise econômica instalada no país, Talita deixou de pagar a conta de luz de sua casa por três meses consecutivos, o que acarretou no corte de fornecimento de energia em sua residência, após regular notificação da companhia energética.

Considerando a narrativa fática acima, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) À luz dos princípios da continuidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de serviço público, é lícito o corte de luz realizado pela concessionária? [0,65]

B) O Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado na relação entre usuários e prestadores de serviços públicos? [0,60]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

A Autarquia Federal Alfa identificou que certo ato administrativo, praticado há 7 (sete) anos atrás em benefício do servidor Leonardo está eivado de vício de legalidade. Diante da constatação e ciente de que do ato ilegal decorreram efeitos favoráveis ao servidor Leonardo, a Autarquia Federal decidiu anular o ato.

A respeito da situação apresentada e considerando que Leonardo estava de má-fé, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

A) Segundo a legislação pátria, é possível se falar em decadência da Administração em anular o referido ato? [0,60]

B) É possível que o ato em questão seja convalidado? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Determinado órgão público promoveu licitação para aquisição de computadores, mas no dia aprazado no edital, nenhuma proposta foi apresentada. Diante da ausência de apresentação de propostas, a licitação foi considerada pelos responsáveis como licitação deserta.

Nesse cenário, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) É possível a realização de contratação direta no caso concreto? [0,65]

B) Eventual contratação direta demanda a existência de processo administrativo próprio? [0,60]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>